

Boletim Informativo

O Boletim Informativo da Vigilância Socioassistencial nº 01/2020 traz um panorama acerca dos Indicadores de Monitoramento da Política de Assistência Social no Município de Presidente Prudente destacando os territórios e suas especificidades. Para tanto utilizamos de fontes de dados estaduais e municipais como o CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico); RMA (Relatório Mensal de Atendimento); e SUASNet.

Antes mesmo de discorrer sobre os Indicadores de Monitoramento da Política de Assistência Social, traremos alguns conceitos indispensáveis para essa temática; dessa forma, partiremos da definição do que vem a serem Indicadores em seu sentido mais amplo.

Indicadores são dados que possibilitam desde acompanhar o andamento até medir o cumprimento dos objetivos de uma política. Eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados comparativamente (IPEA, 2018, p. 101).

Em síntese são os indicadores que definirão quais os dados serão coletados para que se possa monitorar e avaliar os resultados de uma política; no âmbito da Política de Assistência Social darão um norte para construção de Diagnóstico, apresentando-se como ferramenta importante para aferição aproximada da qualidade dos serviços, programas e benefícios ofertados à sociedade.

SUASNet - Sistema informatizado de registro de informações e atendimentos realizados pelos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social. Possui como base o Prontuário SUAS.



NESTA EDIÇÃO

Dados Territorializados Município de P. Prudente

- Dados CRAS
- Dados CREAS



No que se refere ao processo de monitoramento, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS 2012), no capítulo que trata sobre a Vigilância Socioassistencial, discorre em seu Art.99 que se trata de uma função de competência da gestão e também do controle social, que consiste no acompanhamento contínuo e sistemático da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) reitera essa definição adotando o seguinte conceito:

Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados. (Vaitsman, Rodrigues e Paes-Sousa, 2006, p. 21).

Deste modo, conjugar a captura e verificar as informações in loco junto aos Municípios e a utilização de dados secundários, fornecidos pelos indicadores do sistema nacional e estadual de monitoramento do SUAS ou provenientes dos próprios sistemas de informação, torna mais próximo a realidade cotidiana e viável as propostas de intervenção.

Para tanto o Departamento de Vigilância Socioassistencial do município de Presidente Prudente, utiliza-se de tais recursos a fim de:

- Produzir e sistematizar informações, construir indicadores e índices territorializados;
- Apoiar a gestão no planejamento, organização e execução das ações produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas;
- Analisar as adequações entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta dos serviços socioassistenciais;
- Elaborar e atualizar periodicamente diagnósticos socioterritoriais;
- Orientar quanto aos procedimentos de registro de informações referentes aos atendimentos realizados pelas unidades da rede socioassistencial, bem como contribuir no estabelecimento de fluxos necessários.

Dentre tantas ações, estas aqui destacadas, evidenciam o papel da Vigilância em prol dos serviços da rede socioassistencial, pois permite a partir de dados/informações concretos o planejamento e a efetividade do trabalho de modo concreto frente às reais necessidades demantárias.

O Município de Presidente Prudente segundo CECAD Maio/2020 possui um total de 18.491 famílias Cadastradas no Cadastro Único, sendo destas 5.808 beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. O Cadastro Único é o maior banco de dados utilizados pelo Município o qual nos permite informações extremamente necessárias para elaboração de perfis populacional e territorial.



O CRAS é uma unidade de Proteção Social Básica do SUAS que tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos sociais e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, p.09, 2009).

Perfil de renda:

Renda até R\$89,00	5.196 famílias
Renda de R\$89,01 até R\$178,00	2.131 famílias
Renda de R\$178,01 até 1/2 S.M.	4.900 famílias
Renda acima de ½ S.M	6.264 famílias
Total	18.491 famílias

O Município apresenta um grande número de famílias em situação de extrema pobreza, fato este que preocupa ainda mais quando destas 5.196 famílias, 937 não recebem o Benefício de Transferência de Renda Bolsa Família, ficando muitas vezes sem qualquer tipo de renda para manutenção da vida familiar. Muitos são os motivos para tal situação, seja pela falta de atualização, descumprimento de condicionalidades ou até mesmo número de vagas do programa para o município.

Deste modo, cabe aos serviços da Assistência Social, mais especificamente aos CRAS – Centros de Referência da Assistência Social, que se localizam nos territórios de vivência destas famílias, realizar a busca ativa e possibilitar a estas famílias o acesso à renda de modo a garantir uma das seguranças estabelecidas na Política de Assistência.

Perfil etário:

De 0 a 6 anos de idade	4.253
De 7 a 14 anos de idade	7.897
De 15 a 23 anos de idade	6.527
De 24 a 60 anos de idade	19.177
Acima de 60 anos	7.454

O perfil etário é um dado relevante tendo em vista as ações previstas tanto a nível municipal quanto no território que permite o planejamento de acordo com o público- alvo tendo mais eficácia as propostas de intervenção, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizados tanto pelos CRAS como pelas Organizações da Sociedade Civil.

Outro dado que chama a atenção quanto à faixa etária, se dá pelo número de idosos responsáveis familiares, sendo 4.899 de um total de 7.454, ou seja, 65% dos idosos tem assumido o papel de responsável pelo sustento da família.

Responsável Familiar:

Homem	3.725
Mulher	14.652

Além do número significativo de famílias chefiadas por idosos, as mulheres assumem este papel de maneira considerável, com 78% do total de famílias. Muitos são os motivos para tal dado, seja pela questão cultural patriarcal, ou pelo fato de mulheres sendo as principais responsáveis pelos cuidados aos filhos em todos os sentidos, que envolve também o sustento econômico, sendo ela muitas vezes a única provedora.

O Município de Presidente Prudente realiza sua atuação no âmbito da Assistência Social de forma territorializada. Sob esse princípio é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso os municípios que, do ponto de vista federal, são a menor escala administrativa governamental, podendo ser entendido como Milton Santos aponta:



Uma política efetivamente redistributiva, visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir dessa constatação que se deveria estabelecer como dever legal – e mesmo constitucional – uma autêntica instrumentação do território que a todos atribua, como direito indiscutível todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente [...] constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, neste caso, do Estado (2007, p.141).

Deste modo, organiza suas ações por meio de seis CRAS e dois Núcleos que abrangem todo o território municipal, contudo cabe ressaltar que cada equipamento possui sua capacidade de atendimento tendo em vista tanto a estrutura física quanto de profissionais.

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual
Até 2.500	500 famílias
3.500	750 famílias
5.000	1.000 famílias

Famílias referenciadas são aquelas que vivem no território de abrangência do CRAS; Capacidade de atendimento é estimada. Consiste em uma proporção do número de famílias referenciadas. (Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social.

De acordo com Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, 2009:

O CRAS é uma unidade de Proteção Social Básica do SUAS que tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos sociais e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (p.09).

Deste modo é que se materializam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que são ofertados de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O quadro abaixo traz um demonstrativo geral e quantitativo dos serviços e benefícios socioassistenciais ofertados pelo município:



BENEFÍCIOS	C. ALX	C.APL	C.MSL	C.CBC	N.SBR	C.NCT	N. SUD	C.CEU	Total
Famílias CadÚnico	1.733	2.206	2.610	2.002	2.654	2.260	1.777	3.249	18.491
Famílias Beneficiárias Bolsa Família	532	798	1.095	706	604	811	292	970	5.808
BPC- idoso	116	170	161	168	289	228	160	345	1.637
BPC - deficiente	131	157	197	139	180	154	125	227	1.310
Famílias Beneficiárias Ação Jovem	7	16	38	11	8	7	5	7	99
Famílias Beneficiárias Renda Cidadã	15	50	13	34	45	51	4	97	309
Renda Cidadã Amigo do Idoso	1	0	1	0	3	0	0	1	6
Famílias Beneficiárias Bolsa Auxílio	15	10	56	24	15	18	35	50	223
Famílias Beneficiárias Vale Vovô	7	4	19	10	3	0	11	22	76
Famílias Beneficiárias Bolsa Mulher	4								4
Famílias Bolsa Cuidador do Idoso	3								3
Adolescentes Beneficiários Bolsa Adolescer	7								7
Famílias Beneficiárias Programa Famílias Acolhedoras	15								15
Famílias Acompanhadas CRAS	35	68	20	29	6	27	18	13	216
Atendimentos Realizados Mês Junho	332	117	511	341	341	373	212	335	2.562

Município Pres. Prudente	
Famílias Cadastradas CadÚnico	18.491
Famílias com Bolsa Família	5.808
Famílias sem Bolsa Família	12.683

CadÚnico Ref. Mês de Maio/2019

BPC Ref. Mês de Junho/2020

Benefícios Estaduais Julho/2020

Benefícios Municipais Julho/2020

Os Benefícios “Bolsa Cuidador de Idoso” e “Bolsa Mulher” são referenciado a SAS.

Os Benefícios “Bolsa Adolescer” e “Famílias Acolhedoras” não são referenciados por território, mas sim por Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

A divisão quanto aos benefícios citados acima se dá de forma territorializada, contudo cabe destacar que tais benefícios também são concedidos no âmbito da Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade.

Os SCFV tiveram suas atividades suspensas a partir do mês de Março tendo em vista a atual situação de Pandemia (Covid-19), porém os técnicos responsáveis continuaram realizando o acompanhamento mesmo que de forma remota (via telefone preferencialmente ou individualizado caso necessário). Este acompanhamento também manteve sua continuidade às famílias do PAIF (Proteção e Atenção Integral à Família) e PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e demais atendimentos realizados no CRAS e CREAS.

Os serviços da Assistência Social se enquadram como essenciais e que devem necessariamente manter seu funcionamento dentro das normas de segurança tanto às equipes quanto aos seus usuários. Sendo assim, tais serviços voltam seus esforços em garantir as seguranças afianças pela Política de Assistência Social, sendo elas: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

Os CRAS e CREAS mantiveram o Acompanhamento Familiar mesmo diante da situação de Pandemia (COVID-19), por meio de atendimentos remotos que, em sua maioria se dão via contato telefônico, ou atendimentos individualizados e visitas domiciliares em casos necessários, seguindo as recomendações de segurança para a proteção tanto da equipe técnica quanto das famílias.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o SCFV é o serviço realizado em grupos de acordo com o ciclo de vida de seus usuários e organizado a partir de percursos. É complementar ao trabalho do PAIF e busca prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Conforme Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a Assistência Social e o atendimento à população em estado de vulnerabilidade constam da relação dos serviços públicos e atividades essenciais, considerados nos termos do referido Decreto como "aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência a saúde ou a segurança da população" (§1º).

Lembrando que:

Acompanhamento PAIF é: atividades desempenhadas por meio de atendimentos sistemáticos e planejadas com objetivos estabelecidos. Implica, portanto, um processo planejado de atendimentos sistemáticos por período de tempo adequado. Assim, o acompanhamento não se restringe a atos isolados de atendimentos como recepção e triagem, por exemplo. Lembre-se de que o acompanhamento pressupõe a construção do Plano Individual de atendimento. No PAEFI são as atividades desempenhadas por meio de atendimentos sistemáticos e planejadas com objetivos estabelecidos, voltadas para famílias ou indivíduos que vivenciam situações de violação de direitos, tais como violência física ou psicológica, negligência, abuso e/ou exploração sexual, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia. (Manual de Instruções RMA, Brasília, 2018).

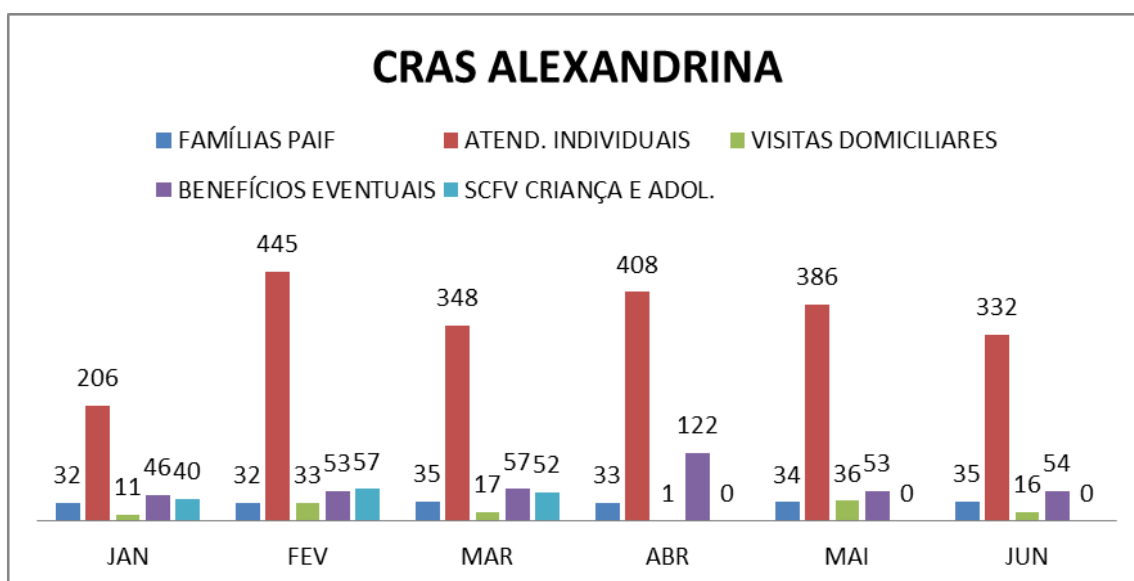
Em relação aos atendimentos coletivos (Grupos de famílias, reuniões, SCFV) estes se encontram suspensos desde final de março quando se deram as primeiras orientações de isolamento social no município.

Nos CRAS onde se concentram as maiores solicitações de Benefícios Eventuais houve um aumento significativo nos meses de abril, maio e junho o que se relaciona diretamente as consequências sociais e econômicas da atual situação, bem como atendimentos individualizados, mesmo que de forma remota.



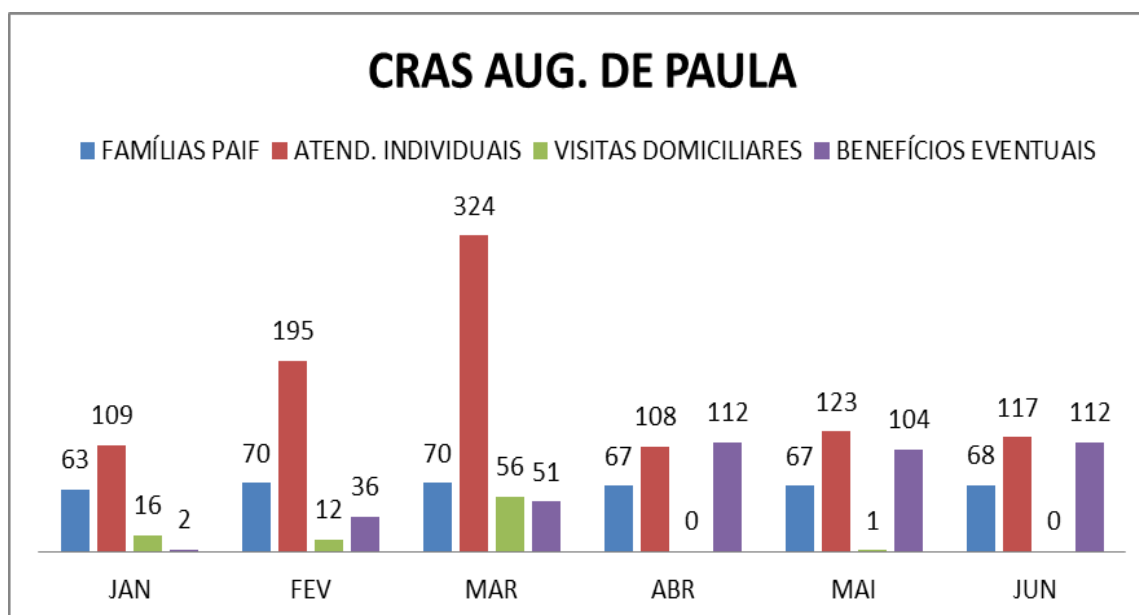
Para efeito dos registros de informação de que trata a Resolução CIT 04/2011, são considerados atendimentos particularizados no CRAS, aqueles realizados de maneira isolada com um indivíduo ou com uma única família, ou seja, todos aqueles atendimentos concretizados pela equipe técnica do CRAS e que não são realizados em grupos (atendimentos coletivos). Os atendimentos particularizados podem ser realizados por técnicos de nível superior ou por técnicos de nível médio, de acordo com os diferentes fins aos quais estejam voltados, tais como: acolhida de uma família ou indivíduo; escuta e prestação de orientações à família; escuta e encaminhamento da família para a rede socioassistencial ou para outras políticas públicas; resolver problemas relacionados ao recebimento de benefícios; realizar cadastramento ou atualização cadastral do CadÚnico, etc. Também devem ser consideradas como atendimento particularizado as visitas domiciliares realizadas pelos técnicos de nível superior e de nível médio dos CRAS. (Manual de Instruções RMA, Brasília, 2018.

Abaixo apresentaremos os dados referentes aos seis primeiros meses deste ano registrados no Relatório Mensal de Atendimento – RMA. Ressaltamos que tais dados são gerados automaticamente de acordo com o preenchimento dos atendimentos realizados no SUAS-Net.



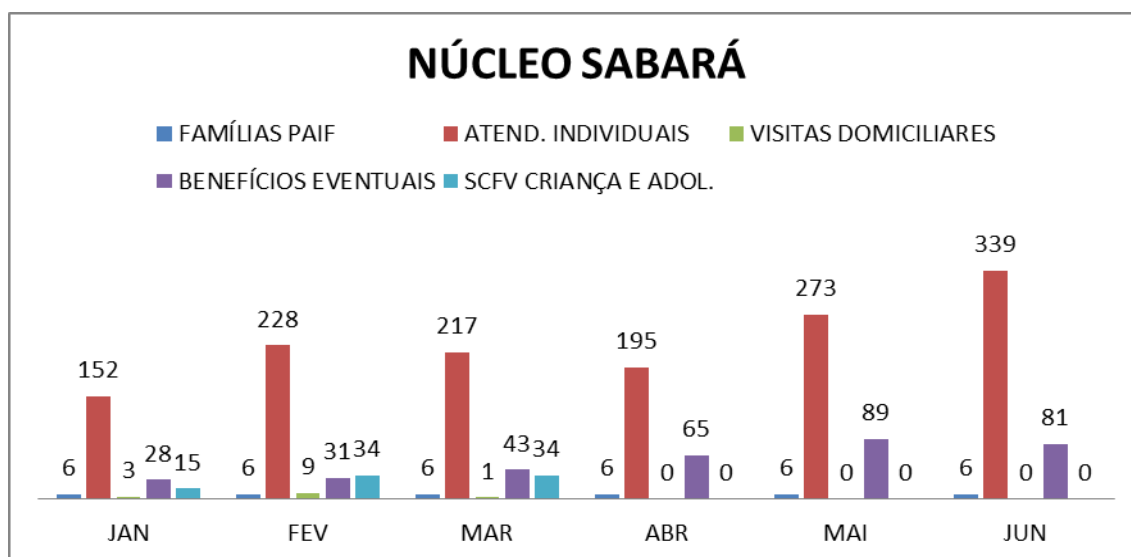
O CRAS Alexandrina mantém um número constante quanto às famílias em acompanhamento e em relação aos benefícios eventuais somente o mês de abril apresentou um aumento expressivo. Este CRAS tem o SCFV de crianças e adolescentes tanto no período da manhã, como no período da tarde e o acompanhamento continua sendo feito remotamente pelos educadores sociais.

Neste semestre não houve registro do SCFV de idosos ofertado pelo CRAS.

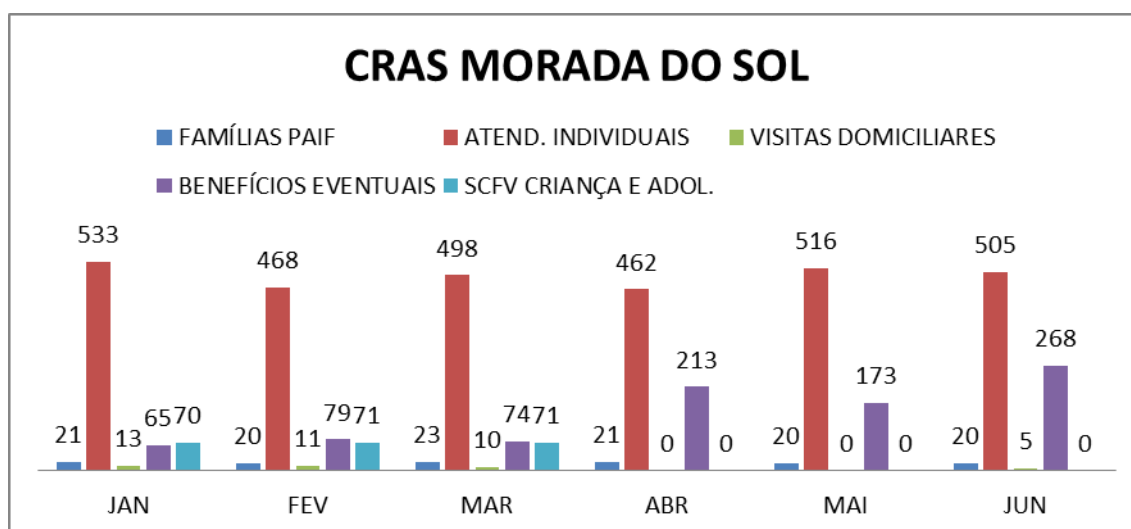


Neste CRAS os atendimentos individualizados tiveram um pico no mês de março e os benefícios eventuais uma crescente a partir deste mesmo mês.

Quanto ao SCFV de crianças e adolescentes este é realizado pelo Núcleo Sabará, que é de referência deste território. Já em relação ao SCFV de idosos neste semestre não houve o registro de suas atividades pelo CRAS.

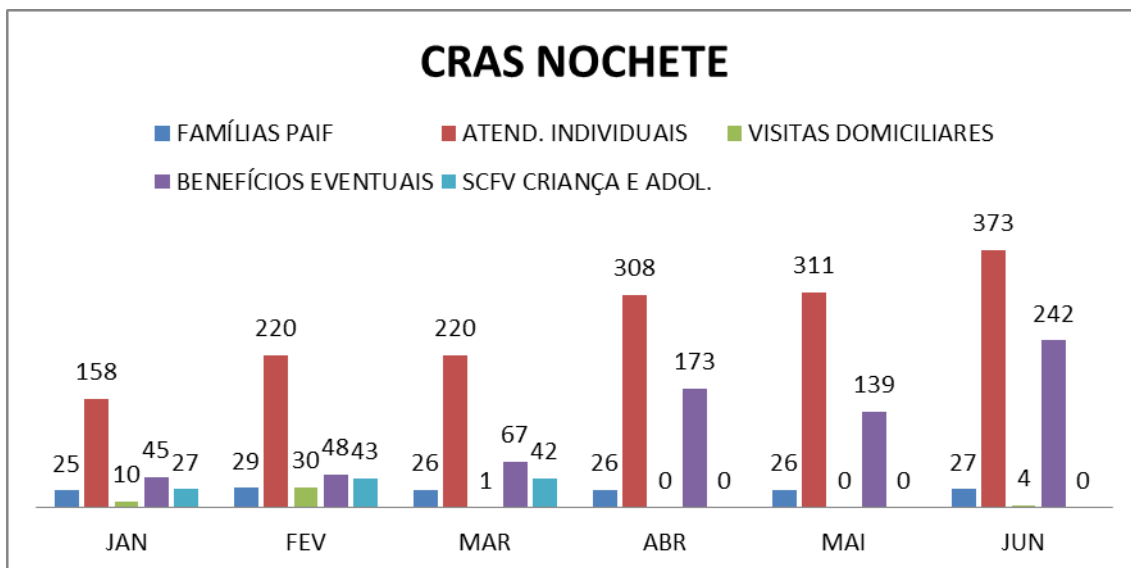


Como mencionado acima o SCFV de crianças e adolescentes atende em média 35 crianças e adolescentes em período de contraturno escolar, mas que também foi suspenso a partir de final de março. Os atendimentos individualizados apontaram um aumento no mês de junho e os benefícios eventuais a uma crescente significativa em maio e junho.

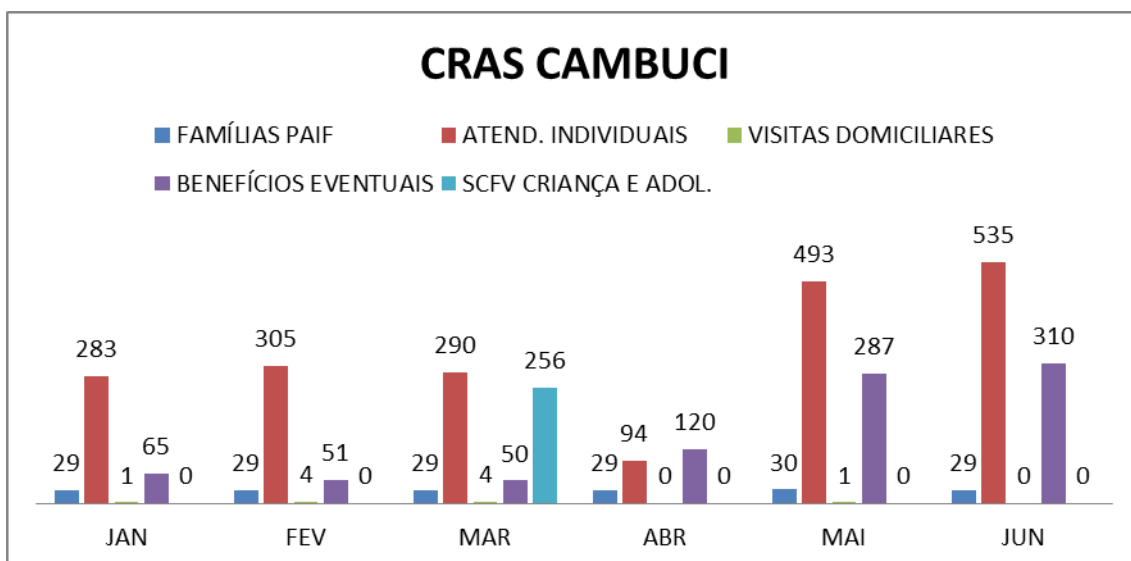


O CRAS Morada do Sol apresenta números de atendimentos individualizados bastante significativos ao longo do semestre todo, havendo um aumento em relação apenas as concessões de benefícios eventuais a partir de abril.

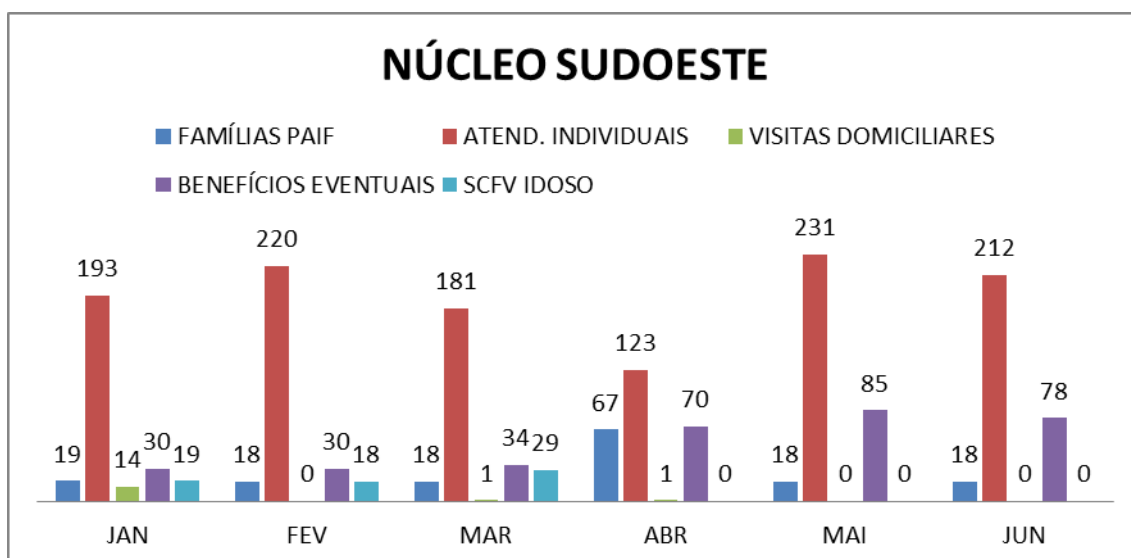
O SCFV de crianças e adolescentes teve as atividades suspensas a partir de março, mas até então notamos uma boa adesão deste público ao serviço. Este CRAS não possui SCFV de idosos.



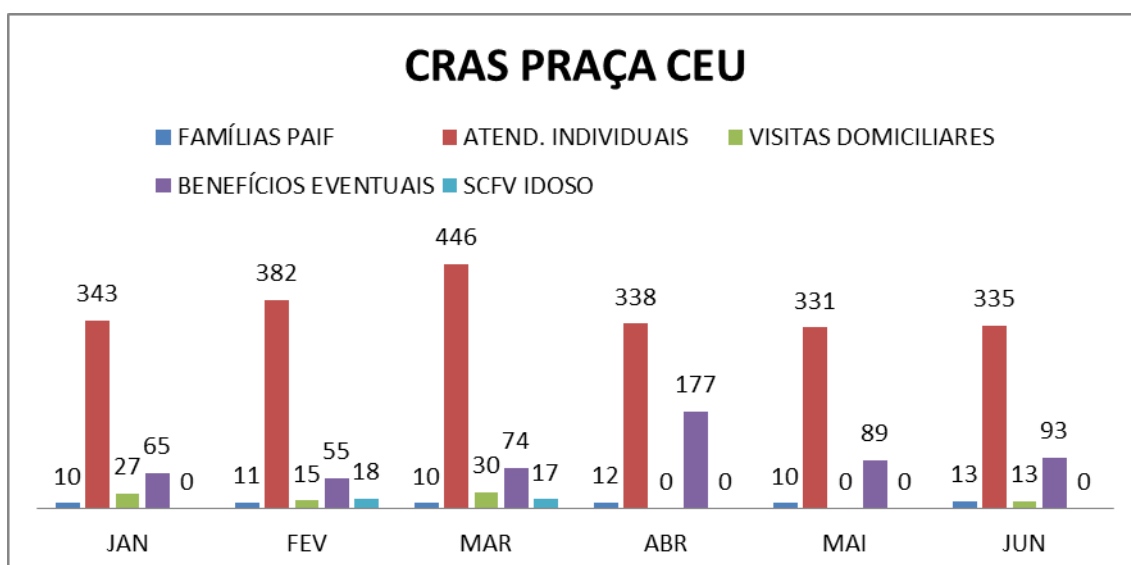
Neste CRAS o aumento de atendimentos individualizados teve uma crescente ao longo dos meses com um destaque a partir de abril e um pico em junho, bem como os benefícios eventuais. O SCFV de idosos não apresenta registro das atividades neste semestre.



O CRAS Cambuci teve registro do SCFV de crianças e adolescentes apenas no mês de março sendo logo em seguida suspensas. O aumento dos atendimentos e benefícios se deu consideravelmente em maio e junho. Não teve registro do SCFV de idoso neste semestre, somente no Núcleo Sudoeste que é de referência deste território como podemos constatar abaixo.

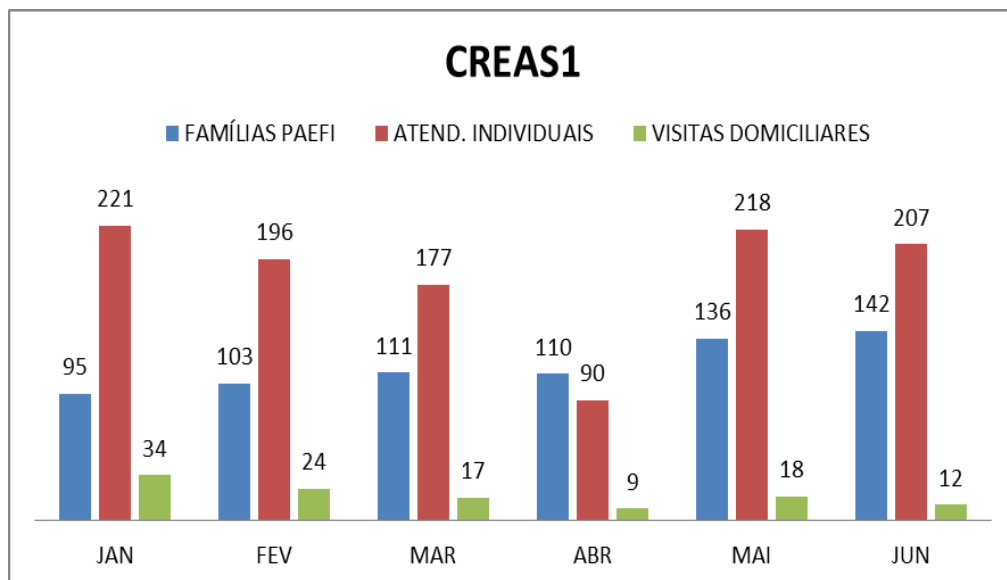


Os atendimentos individualizados deste serviço mantiveram-se seguindo a mesma média ao longo do semestre, apresentando uma queda em abril somente. Os benefícios eventuais aumentaram a partir de abril. Este Núcleo não tem SCFV de crianças e adolescentes.



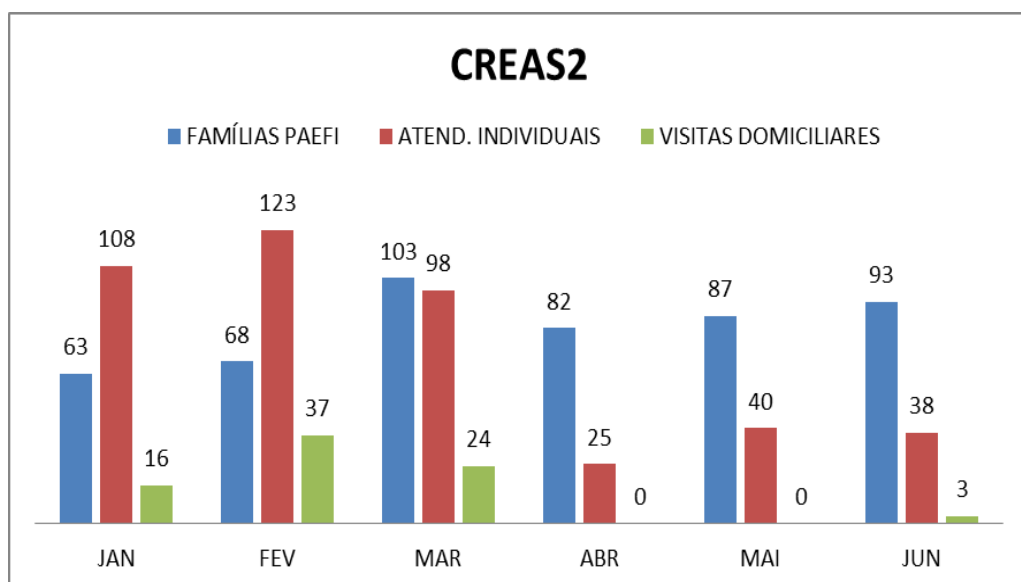
As concessões de benefícios eventuais tiveram um aumento significativo em abril e nos meses seguintes mantiveram tendo em vista os primeiros meses do ano. Os SCFV de idosos ocorreram apenas em fevereiro e março sendo suspensos pela Pandemia. Este CRAS não possui SCFV de crianças e adolescentes.

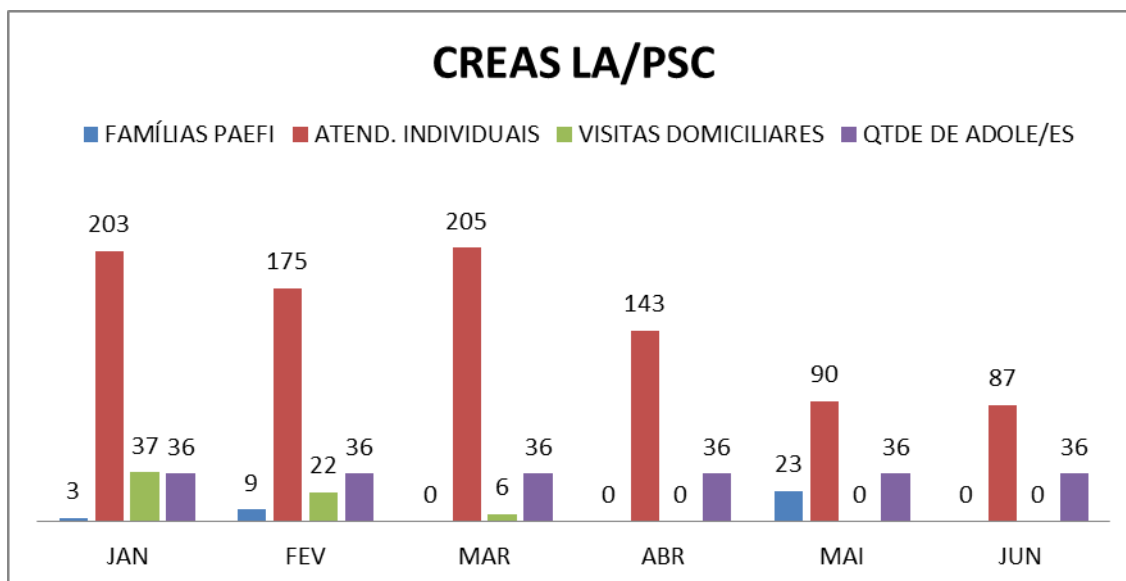
Os atendimentos da Proteção Social Especial se configuram da seguinte forma:



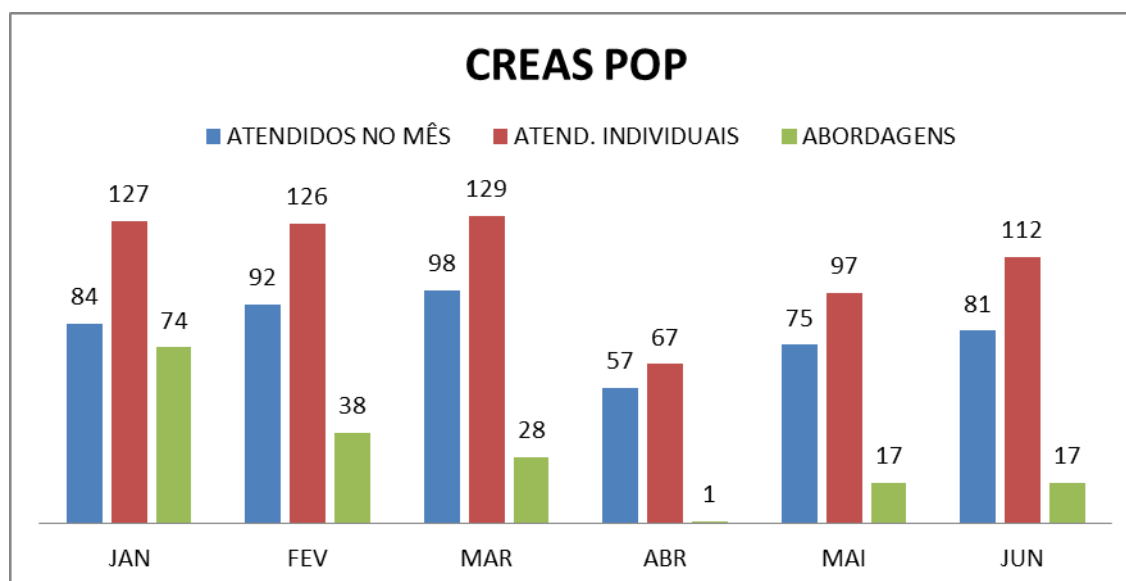
O CREAS1 apresentou uma crescente quanto ao total de famílias em acompanhamento pelo PAEFI e as visitas domiciliares mesmo havendo uma diminuição se mantiveram conforme a necessidade avaliada pela equipe técnica.

No CREAS2 o acompanhamento às famílias PAEFI também apresentaram uma crescente, já quanto aos atendimentos individuais diminuíram consideravelmente a partir de abril, bem como as visitas domiciliares.



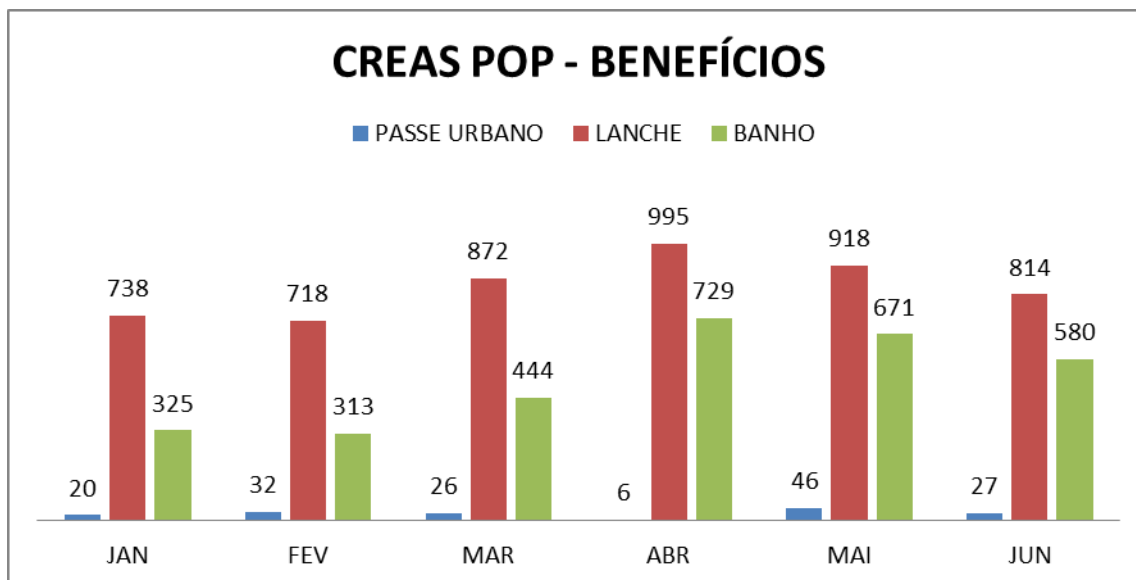


Os atendimentos individuais foram diminuindo a partir de abril e as visitas passaram a não mais ocorrer a partir deste mesmo mês. O acompanhamento PAEFI apresentava números bem baixos até o mês de maio quando houve um número de 23 famílias, contudo sendo zerado no mês seguinte. A quantidade de adolescentes referenciados ao serviço se manteve a mesma durante o semestre.



O CREAS-POP apresentou uma alternância quanto aos números de atendidos e atendimentos individuais, contudo, no mês de abril houve uma queda considerável.

Nos meses decorrentes de ações mais específicas da pandemia houve um aumento nos atendimentos quanto aos benefícios eventuais de lanche e banho como podemos constatar no gráfico abaixo:



Portanto, a partir deste Boletim Informativo a Equipe de Vigilância se propõe a apresentar uma devolutiva quanto aos dados de atendimentos dos diferentes serviços socioassistenciais de forma territorializada a fim de promover o esclarecimento e discussões pertinentes visando a melhoria dos serviços e qualidade das referidas informações que devem necessariamente corresponder a realidade de atuação.



Equipe de Vigilância Socioassistencial
sas_vigilancia@pprudente.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Assistência Social